

**Mulheres embarcadas: Formação e vida profissional de oficiais****Embarked women: Official training and professional life**

DOI:10.34117/bjdv6n10-448

Recebimento dos originais: 21/09/2020

Aceitação para publicação: 21/10/2020

**Geisa Costa Coelho**

Doutora em Sociologia e Antropologia (área de concentração Antropologia) – UFPA

Instituição: Universidade Federal do Para – UFPA

Endereço: Av. Almirante Barroso, 1155 - Marco, Belém-Pa, Brasil, 66093-020

E-mail: geisaccoelho@gmail.com

**Denise Machado Cardoso**

Doutora em Ciências: desenvolvimento socioambiental NAEA – UFPA

Instituição: Universidade Federal do Para – UFPA

Endereço: Rua Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém-Pa, Brasil, 66075-110

E-mail: denisecardosoufpa@gmail.com

**Andréa Bittencourt Pires Chaves**

Doutora em Ciências: desenvolvimento socioambiental NAEA – UFPA

Instituição: Universidade Federal do Para – UFPA

Endereço: Rua Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém-Pa, Brasil, 66075-110

E-mail: andreachaves@ufpa.br

**RESUMO**

A Formação e a vida profissional de oficiais da marinha mercante do Brasil são os temas apresentados nesse estudo. A partir de perspectiva das relações sociais de gênero, essa investigação aborda os desafios enfrentados pelas mulheres nas escolas de formação e no trabalho nas embarcações. Suas motivações, suas expectativas como estudantes e como oficiais, suas dificuldades e facilidades na inserção em espaço eminentemente masculino são analisadas a partir da pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. A pesquisa etnográfica deu-se ente as escolas de formação e navio mercante. Verificou-se que apesar de avanços em termos de formação e na prática de oficiais, há muito ainda a ser conquistado em termos superação de preconceitos e de conquistas de condições trabalhistas favoráveis à presença da mulher nesse ramo profissional.

**Palavras-chave:** gênero, formação, navio, marinha mercante.

**ABSTRACT**

Training and professional life officers in the merchant navy of Brazil are the themes presented in this study . From the perspective of social gender relations , this research addresses the challenges faced by women in training schools and work on ships . Their motivations , their expectations as students and as officers, their difficulties and facilities in predominantly male space insert are analyzed from the desk research and literature . Ethnographic research is being given the training schools and merchant ship . It was found that despite advances in education and practice of officers, there is still much to be gained in terms of overcoming prejudice and labor conditions achievements favorable to the presence of women in this occupational field .

**Keywords:** gender, training, ship, merchant navy.

**1 INTRODUÇÃO**

Dos muitos campos de atividades profissionais existentes as realidades do ramo naval são consideradas relevantes sob diferentes aspectos, entre os quais se destacam aquelas relativas ao transporte de bens e pessoas, comunicação e intercâmbio dos mais variados níveis e simbologias. As atividades profissionais desenvolvidas especificamente por oficiais da marinha mercante ainda carecem de estudos sociais mais aprofundados e no caso da participação de mulheres nesse ramo profissional essas pesquisas são restritas àquelas atividades consideradas femininas. Isso se deve, em parte, ao ingresso das mulheres como oficiais da marinha mercante nesse ramo naval ter ocorrido em processo recente, pois no Brasil deu-se há aproximadamente quinze anos. Diante disso, a proposta desse estudo se refere à investigação desse processo de inserção, com intuito de ampliar as pesquisas relativas às relações sociais de gênero e trabalho, notadamente nessa atividade profissional.

A pesquisa visa contribuir tanto na ampliação do debate acadêmico, bem como em formulação de dados que possam vir a proporcionar melhorias na aceitação desta profissional no mercado, ou seja, na superação de preconceitos relacionados à participação feminina nessa profissão, como também na melhoria da estrutura física e social, e àquelas concernentes à legislação relacionada às mulheres. Para realização do estudo realizou-se uma maior aproximação com profissionais da área naval, a partir do convívio já estabelecido com algumas mulheres que optaram por levar essa vida profissional. Vivendo seus momentos de alegrias e aflições e conhecendo um pouco de seu dia a dia dentro das Escolas e nos Navios, escutando suas preocupações e anseios, suas dificuldades e planos, foi possível ratificar o quanto dessa inserção da mulher na marinha mercante era interessante e que poderia vir a ser investigado a partir das Ciências Sociais. Esses contextos observados instigaram a realização dessa pesquisa, “alimentada” pela curiosidade acadêmica e pelas reflexões sobre a posição da mulher nesse ramo profissional.

A formação dos oficiais da marinha mercante se dá a partir da graduação em ciências náuticas. Essa formação substituiu aquela desenvolvida em moldes mais informais e, portanto, adquirida através de experiências vividas e transmitidas sem que fosse exigida ou experimentada a participação em curso de graduação. Com o passar dos anos houve a necessidade e exigência de melhorias na qualidade do ensino para a educação formal como um todo e para a formação de oficiais navais em particular. Diante dessas exigências por mudanças na educação brasileira, ocorridas na segunda metade do século XX, criaram-se no Brasil duas escolas preparatórias para formação de oficiais da marinha mercante<sup>1</sup>: uma na cidade de Belém/PA - Centro de Instrução Almirante Brás de Aguiar -

---

<sup>1</sup> Importante ressaltar a Universidade Petrobrás, um espaço cedido pela Petrobrás para a formação de oficiais da Marinha Mercante, mas sob a coordenação e responsabilidade do CIAGA.

CIABA e outra na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Centro de Instrução Almirante Graça Aranha – CIAGA.

Essa dinâmica na marinha mercante refere-se à substituição da realidade observada até o século XIX, na qual mulher a bordo de uma embarcação era considerada presságio de mau agouro, para outra realidade nas quais as mulheres passaram a viajar e a fazer parte da tripulação, ocupando postos como oficial de náutica e de máquinas<sup>2</sup>. E, segundo informações da Escola de Petróleo do Brasil (SEAPETRO)<sup>3</sup>, com a descoberta do Pré Sal no litoral brasileiro, a tendência é de que o número de mulheres trabalhando na Marinha Mercante cresça rapidamente, já que estimativas do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) chegaram a apontar para a contratação trabalhadores especializados em ritmo crescente. Porém, a presença da Mulher na Marinha ainda passa pela superação de preconceitos e lutas por adequações trabalhistas relativas ao ambiente de trabalho e legislação em vigor, como a gestação por exemplo.

## 2 METODOLOGIA

O estudo foi realizado a partir da construção de um referencial teórico com base na interdisciplinaridade do conhecimento. A metodologia para essa investigação observa o uso de pesquisa qualitativa, bibliográficas, análise documental e aplicação de entrevistas com homens e mulheres das escolas de formação e na área de atuação profissional nos navios mercantes (considera-se importante destacar a colaboração das instituições de ensino e empresas do segmento na pesquisa, nos encaminhamentos para a pesquisa nas embarcações).

O presente trabalho discute algumas considerações apresentadas na pesquisa socioantropológica, enfatizando situações de relevância social, fazendo questionamentos para futuras investigações e levantando hipóteses; permitindo, dessa forma, que as informações e dados aqui expostos possam contribuir para uma aproximação à compreensão da formação e da vida profissional da oficial da marinha mercante no Brasil; sensibilizando para as particularidades das relações de gênero e de trabalho nesse ramo profissional.

Em termos de pesquisa de campo foi realizado um estudo inicial no CIABA, com as alunas que estacam em formação no CIABA, e no navio Carangola da frota Transpetro - empresa de logística do Sistema Petrobras. Essa empresa opera com a maior frota de petroleiros do Hemisfério Sul, com homens e mulheres a bordo. A pesquisa também contou com a inserção junto às iniciantes, que

---

<sup>2</sup> Na Marinha Mercante a primeira turma de oficiais integrada por mulheres foi formada em julho de 2000, pelo Centro de Formação Almirante Braz de Aguiar (CIABA). À época, as mulheres representavam 1/3 dos alunos matriculados no CIABA (PA) e CIAGA (RJ). “Atualmente, este número chega a quase 50%” - Dados da Revista do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante – SINDIMAR – março/2002.

<sup>3</sup> Dados capturados no site [http://www.seapetro.net/home/index.php?option=com\\_content&view=article&id=116:falta-mao-de-obra-especializada-para-o-pre-sal&catid=1:noticias](http://www.seapetro.net/home/index.php?option=com_content&view=article&id=116:falta-mao-de-obra-especializada-para-o-pre-sal&catid=1:noticias) – setembro/2009.

ingressaram no CIABA no ano de 2011, e com as pioneiras, que ingressaram na primeira turma; também tivemos a oportunidade de desenvolver a pesquisa no CIAGA no início do ano de 2012. Entrevistamos estudantes e oficiais a partir de seu aceite em participar da pesquisa e em ambientes onde se encontravam no momento em que a mesma era realizada. Foram realizadas aproximadamente 40 entrevistas diretas e houve pessoas que não ficaram à vontade para participar de todo o momento de diálogo, interagindo apenas circunstancialmente<sup>4</sup>. As dificuldades de realizar pesquisa recaíram principalmente na condição de 'receio' de pronunciamentos que pudessem implicar em problemas com a escola ou com as empresas. As facilidades vieram a partir da simpatia com a qual as pessoas entrevistadas ofereciam no sentido de colaborar apresentando os espaços e a rotina.

Nesse sentido, iniciamos ponderações a partir da temática gênero e educação, onde trabalho a categoria mulher, apresentando autores e autoras que contribuem para a elucidação do estudo; trago informações sobre a trajetória de formação de oficiais e as escolas de formação; apresentamos também memórias de oficiais no momento de inserção feminina no espaço e vivências de embarque, sob a perspectiva do trabalho; e apresento as conclusões sobre os reflexos observados ao longo da pesquisa e do estudo, dentro das estratégias metodológicas aplicadas.

### **3 OS ESTUDOS DE GÊNERO E A INTERFACE COM EDUCAÇÃO E TRABALHO**

O conceito de gênero emerge academicamente em um momento de grandes discussões sobre as "diferenças sexuais", e se mostra instigante por proporcionar debate profícuo no que diz respeito às relações sociais de gênero. A que pese o avanço dos estudos nestas questões específicas sobre mulher e gênero, nota-se que muito tem sido discutido também em termos teóricos e metodológicos em outras frentes de estudo tais como: masculinidades, conjugalidades, performance de gênero e novas vertentes no feminismo acadêmico. Contudo, há abordagens nas quais a categoria "mulher" ainda se faz notar, pois ganhou nova ênfase em sua utilização.

A categoria mulher, surge envolto a grandes discussões e, em alguns momentos, é construída a partir de um olhar que implica subordinação. Sua significação, porém, busca identidade para além do determinismo biológico, provocando estudos que possibilitem teorizar com mais destreza observando as relações de poder e as dimensões do "gênero"; o que nos remete a Adriana Piscitelli (2001), trazendo o sistema sexo/gênero quando nos diz que o homem e a mulher não são tão diferentes.

Nesse aspecto, versando ainda sobre as abordagens das assimetrias de gênero, é interessante discutir a apropriação cultural da diferença sexual, considerando as diversidades existentes nos sistemas de gênero e nas relações sociais. Observa-se que muitas vezes as percepções e os conflitos

---

<sup>4</sup> Para este artigo foram apresentadas algumas falas significativas de algumas dessas pessoas. O tratamento mais detalhado dos dados da pesquisa ainda está em processamento.

de poder entre homens e mulheres são naturalizados a partir de uma vivência cultural. Assim, considera-se que o modo como as pessoas agem socialmente corresponde ao aprendizado sociocultural que indica como agir conforme as prescrições de cada gênero. E cria-se uma expectativa social em relação à maneira como se deve andar, falar, sentar, mostrar seu corpo, cuidar do outro, amar, dentre outras atividades.

Segundo Motta Maués (1993), apesar da existência de um referente natural (ou biológico), o processo de diferenciação, desenvolvido a partir dele, é de caráter eminentemente social. A autora se acha encaixado no modelo inconsciente, que informa todo o quadro das relações sociais em que se defrontam homens e mulheres, assim como também surge ao nível do modelo consciente, na forma como é percebida a atuação e o modo de ser de ambos os sexos no seu desempenho social.

Ainda na concepção dessa autora, as sociedades encaram a posição da mulher e do homem, estabelecendo modos diferentes de considerar o seu desempenho social, a partir das diferenças percebidas como naturais entre eles. Quando se fala que “isso ou aquilo não é pra mulher” se faz necessária a reflexão acerca dessa expressão, da afirmação e do questionamento, o que serve para a mulher? E por que não serve? Isso nos remete Haraway "As mulheres não aparecem onde deveriam". Segundo Haraway (2004) as ambigüidades da expressão são poderosas e tentadoras. Importante também pontuarmos a avaliação de Rosemberg (2001) que aborda o diferencial homem-mulher no sistema formal de ensino brasileiro ainda, as diferentes idades da vida e etapas escolares, percebendo que isso é perceptível principalmente na progressão das trajetórias escolares, muito mais do que em barreiras específicas de acesso.

Para Rosemberg (2001) a bipolarização humanas–exatas, carreiras “mais fáceis” e “mais difíceis” para alguns; de gênero feminino e masculino para outras parece persistir. Portanto, o Brasil apresenta configuração semelhante, mas não igual à de países desenvolvidos: de um lado, progressão ligeiramente melhor das mulheres na escola (indicando certa debilidade do sexismo) associada a certa persistência de separação masculino-feminina entre os ramos de ensino; de outro, progressão interrompida e acidentada para mulheres e homens de estratos sociais e raciais subordinados. Segundo ela, esse é um tópico importante para montar uma agenda de pesquisas e propostas da perspectiva da igualdade de gênero. Essa leitura permite uma reflexão para o estudo e a pesquisa nas escolas de formação da marinha mercante, a que se propõe este trabalho.

No dizer de Lopes (2009), se é verdade que somente após a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394/1996, ocorre uma reforma efetiva da estrutura educativa nacional, que passa a respeitar as diferenças; também é verdade, que garante parcela dos atores que se movimentaram para assegurar esse respeito, se formaram no modelo anterior. Para Lopes, na convergência dos fatores que atentaram para a problemática das desigualdades, então, tem-se uma

diversidade de sujeitos que passam a conviver nos centros urbanos do país, reivindicando cada vez mais o acesso aos bens e serviços da sociedade moderna, o que inclui a educação, nos padrões da cultura contemporânea. Migrantes, negros, trabalhadores, pobres, mulheres, homossexuais, sujeitos de etnias indígenas, considerados inicialmente em suas particularidades e, progressivamente, em suas imbricações relacionais, são algumas das categorias de sujeitos que entram na cena escolar, configurando um universo objetiva e subjetivamente distinto, do até então instituído, na educação brasileira.

Esse universo em constante expansão gerou um reordenamento institucional do sistema de ensino público (hoje, inclusive do privado) que se caracteriza atualmente pela diversidade cultural dos sujeitos que atuam nas escolas. Aspectos esses, no nosso ponto de vista, interessantes a serem observados no cotidiano escolar, nas produções identitárias, de pertencimento e socialização para uma análise nas escolas de formação dos oficiais da marinha mercante, anteriormente tão marcada pela presença masculina e que atualmente recebe e integra mulheres em seu interior, tendo sua parcela nesse histórico de mudança no contexto de diversidade cultural, porém apresentando relações conflituosas e gerando universo de mediações peculiares e até mesmo de conveniência. A educação pode ser vista como uma atividade política, já que trabalha com os modelos sociais determinados e acaba estimulando ou influenciando uma visão, até por vezes fortalecendo uma aceitação a partir na naturalização, pautada nas próprias relações sociais “impostas”.

Em outras épocas, homens e mulheres possuíam posições definidas dentro de seu núcleo social, situação essa, muitas vezes condicionada à naturalização. Com o movimento feminista que atravessou várias décadas, transformando as relações entre homens e mulheres na busca pela assimetria e a ressignificação das relações de poder houve grandes mudanças no contexto social, cultural, político e econômico das distinções baseadas no sexo, onde é válido citar: o acesso à escolaridade, o direito ao voto, surgimento dos métodos contraceptivos, legislação trabalhista, a lei do divórcio, dentre outros.

#### **4 A FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA MARINHA MERCANTE: ORIGEM E TRAJETÓRIA**

Para antes da existência de uma formação militar de oficiais que desenvolveriam seus ofícios no mar. Faz-se importante conhecer os primórdios dessa trajetória de formação e o que se segue são algumas explicações para as origens desta profissão. Trabalhar com as coisas do mar se deu a partir da busca pela sobrevivência e pela necessidade de locomoção, tornando-se uma alternativa importante para esses fins. Estas motivações levaram o ser humano a pensar no uso de caminhos sobre as águas como uma alternativa viável. Talvez a admiração e o medo tenham aguçado a curiosidade pela interação com o mundo das águas e estimulado o desenvolvimento de conhecimento

para o uso deste, seja pelo contato através do banho, do nado, da pesca e da busca pela flutuação até o deslocamento.

Dessa tentativa de locomoção, através da flutuação, com uso de madeiras e jangadas, logo surgiram as primeiras técnicas de navegação, onde fora possíveis descolamentos mais distantes, do próprio ser humano como também os de produtos, e formam permitindo o estabelecimento de troca de mercadorias e de relações sociais.

Nesse contexto das primeiras experiências humanas na navegação até as experiências mais contemporâneas, destacam-se nesse percurso a Escola de Sagres em Portugal, passando por inúmeras outras realidades da formação náutica. Atualmente, a grande maioria dos países que utilizam o transporte marítimo para o seu comércio internacional, forma o pessoal que garante seus navios, com base na STCW-78<sup>5</sup> e em suas Emendas (OLIVEIRA, 1996). Antes da adoção desta Convenção, cada país fazia a formação que melhor lhe convinha, onde alguns países preferiam a formação regular em escola apropriada, intercalada com viagens de instrução e adestramento, separando o nível de ensino dado aos oficiais daquele dado aos auxiliares.

Em princípio os cursos para oficiais eram em nível de segundo grau, mas com a evolução dos navios em relação à tecnologia, e a exigência de habilidades profissionais, os cursos passaram a ser de nível superior. Ainda segundo o autor, a base teórico-científica do conhecimento necessário aos oficiais de náutica e de máquinas se fundamenta nos campos da matemática, da física, da química, da astronomia, do direito, da administração, da economia, da tecnologia mecânica, da tecnologia das máquinas e do meio ambiente; sendo esses conhecimentos teóricos aprofundados de acordo com a especificidade pretendida dentro da escola; em outras palavras, todos recebem uma formação básica em cada assunto, mas conforme a atividade da atividade profissional, se de náutica ou de máquinas. Essas teorias devem ser traduzidas em habilitações práticas aplicáveis no dia a dia do trabalho a bordo.

Para tornar esse ensino eficiente, as escolas passaram a ser aparelhadas com modernos equipamentos didáticos, especialmente com simuladores e outros recursos físicos que permitem um aprendizado técnico operacional mais próximo a realidade; onde as mudanças educacionais devem ser constantes e dinâmicas observando os avanços do desenvolvimento tecnológico; onde os dois Centros de Instrução foram planejados obedecendo a padrão internacional para os métodos e técnicas de ensino técnico profissional.

A formação de oficiais da marinha mercante brasileira tem sido, ao longo da história, de responsabilidade do Estado; sendo atualmente de responsabilidade da Diretoria de Portos e Costa

---

<sup>5</sup> STCW-78 (Standards of Training Certification and Watchkeeping), Padrão de Treinamento, Certificação de Marítimos e Serviço de Quarto". Adotado na Conferência Internacional sobre a formação de marítimos e expedições de certificados, realizada em Londres, 1978, convocada pela Organização Marítima Internacional do Trabalho.

(D.P.C.), que coordena e supervisiona a ação das escolas, o CIAGA e o CIABA<sup>6</sup>. A formação visa preparar profissionais para o trabalho a bordo dos navios mercantes e em atividades correlatas como os trabalhos em plataforma e estaleiros, também no quadro de terra das companhias de navegação, e em outras; e considerando o histórico de guerras e possibilidades de outras, esses profissionais fazem parte da Reserva Naval, e é esse o argumento apresentado para justificar a responsabilidade da Marinha pela formação desses, onde é atribuído a essa formação um caráter militar.

O CIAGA, que surge a partir de uma reforma das instalações da EMMRJ (antiga Escolas de Marinha Mercante no Rio de Janeiro), entrou em funcionamento em meados de 1974 (é maior do que o CIABA em termos de espaço físico), está localizado na Av. Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, sendo um dos Centros Regionais da Universidade Marítima Mundial de Malmö, com capacidade para alojar aproximadamente 490 alunos. O CIABA, construído as margens da Baía do Guajará, na cidade de Belém, de frente para a Rodovia Artur Bernardes e recebe candidatos de vários estados da região Norte e Nordeste do Brasil.

## **5 A ESCOLA DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA MARINHA MERCANTE - EFOMM**

A Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante – EFOMM, conforme registrado no site oficial do CIABA<sup>7</sup>, é uma Universidade do Mar, oferecendo um curso com a duração de seis semestres letivos e mais um período obrigatório para estágio, e funciona sob o regime de internato, sendo permitida licença aos sábados e domingos; e o aluno, após o primeiro ano de estudos, tem que optar pela área de especialidade: Náutica – com atividades voltadas ao aprendizado do manuseio dos equipamentos de convés<sup>8</sup> e de navegação de bordo, bem como comunicação; e Máquinas – com atividades voltadas ao aprendizado para condução, instalação e manutenção das instalações do maquinário do navio, Os profissionais que atuam na marinha mercante trabalham principalmente a bordo das embarcações, nos portos e nas empresas de navegação. Quanto à certificação, ao término do curso é declarado Segundo Oficial da Marinha Mercante e Bacharel em Ciências Náuticas, sendo o curso reconhecido em nível de graduação; passando então a integrar o quadro de oficiais da reserva não remunerada da Marinha do Brasil; visto que enquanto aluno, é tido como militar, estando em uma entidade militar, e recebe uma bolsa de estudos ofertada pela marinha.

O direito às diferenças é um produto do movimento democrático, quanto mais o pensamento e a prática educacional se situem no campo dos direitos, mais inevitável se torna encarar a escola como

<sup>6</sup> Essas escolas herdaram os acervos e características das antigas Escolas de Marinha Mercante no Rio de Janeiro e no Pará. A Escola de Marinha Mercante do Pará (EMMPa), a mais antiga Escola de Marinha Mercante do Brasil, era vinculada ao Ministério da Marinha, sob supervisão da D.P.C, destinada a formar o pessoal da Marinha Mercante e pescadores e funcionava dentro do IV Distrito Naval, em Belém – PA, que mais tarde foi substituída pelo CIABA.

<sup>7</sup> Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar – <https://www.ciaba.mar.mil.br/efomm.htm>

<sup>8</sup> Convés – área da primeira cobertura do navio

um dos espaços instituídos da integração e das diversidades (DAYRELL, 1996). Segundo Dayrell (1996), analisar a escola como um espaço sócio – cultural significa compreendê-la na ótica da cultura, sob um olhar mais denso, que leva em conta a dimensão do dinamismo, do fazer-se cotidiano, levado a efeito por homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, negros e brancos, adultos e adolescentes, enfim, alunos e professores, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, presentes na história, atores na história. Falar da escola como um espaço sócio – cultural implica, assim, resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constituiu, enquanto instituição. Após o período de formação na escola, chega-se a fase do embarque no navio, no qual se desenvolve o estágio supervisionado desses jovens (e futuro ambiente de trabalho). O navio é indicado pela empresa com a qual assinaram contrato de serviço e, conseqüentemente para desenvolver atividades que contribuirão para seu aprendizado prático-profissional.

Para a sociedade em geral, a mulher tem um lugar e esse lugar não seria o navio, pois este é visto como um espaço masculino. “A modernidade disciplinou não apenas os homens, mas todas as coisas que pudessem estar fora do lugar”; Mary Douglas (1976, p. 18) faz referência à ameaça, do perigo, que se torna “algo que está fora do lugar”.

## **6 FERAS E VETERANOS: MEMÓRIAS DE ADAPTAÇÃO DAS MULHERES E SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

A inserção do ramo naval da marinha mercante é iniciada na formação recebida nas escolas sobre orientação militar. Após o processo seletivo e a convocação, inicia-se o período de adaptação, com a apresentação da escola (estrutura física e regimento), bem como são dadas as instruções sobre o cotidiano da escola. O período de Adaptação tem como propósito promover a integração, a ambientação, a formação militar e o condicionamento físico. A adaptação é sempre realizada pelos alunos mais antigos na escola, chamados de veteranos, que vão fornecer aos mais novos, ou mais modernos (que seriam os calouros), denominados de feras, as orientações do dia a dia na escola: por exemplo, como devem observar os horários e atividades realizadas; e sempre sob a supervisão de um militar da Marinha do Brasil, já que no período de formação o aluno é tido como militar, estando em uma entidade militar.

Segundo observações da pesquisa no CIABA no período de adaptação do ano de 2011, todos os dias os candidatos devem estar formados na alvorada às 6h00, com os cabelos cortados, barba feita, para os homens e de coque para as mulheres, com uniforme impecável e muita disposição e seriedade para observar as primeiras orientações dos adaptadores. Houve muita especulação sobre a abertura para a participação da mulher nesse ramo, segundo informações de algumas oficiais, primeiramente falou-se em um equívoco cometido na produção do edital, permitindo que mulheres

pudessem participar da seleção; porém maiores foram as especulações sobre a abertura para a mulher como uma jogada política para mostrar à população brasileira que o Brasil também estava engrenado na busca pela equidade de gêneros, buscando ampliação da participação e presença das mulheres em profissões masculinas, por outro lado existia a necessidade do mercado, que também dava abertura às mulheres. Nesse sentido é válido refletir não apenas sobre o porquê da abertura para participação da mulher nesse campo profissional, mas também no porque elas desejaram a inserção nesse ramo.

A partir dos dados coletados o principal motivo de atração tanto dos homens quanto das mulheres para a marinha mercante é a busca por bons salários, de forma mais rápida e mais cedo, pois conseguem abertura para participação na vida profissional logo que concluem a formação, onde muitos concluintes recebem boas propostas antes mesmo da formatura, inclusive tendo certa sua ida para determinadas empresas; os outros motivos que atraem o público feminino além da independência financeira como motivação profissional (onde muitas tiveram interesse pela profissão, prioritariamente, por terem algum conhecido na marinha mercante e obterem as informações desses, inclusive sendo influenciadas); é a busca pela superação das resistências quanto à capacidade da mulher de lidar com os entraves da profissão, onde pode citar rotinas de trabalho exaustivas, afastamento de familiares por períodos longos, ausência de vida social, trabalhos físicos pesados e confinamento. Segundo uma das alunas: “Busquei a marinha mercante pelos desafios, para mostrar a mim mesma que sou capaz, pela superação das adversidades, e é claro, pelos bons salários pagos ao profissional dessa área.”<sup>9</sup> (OFICIAL PÉROLA, 2011)

De acordo com duas oficiais pioneiras na área, na primeira turma, a escola não estava preparada, não existia uniforme para mulheres; não existia acomodação, a estrutura física foi apenas adaptada de forma bem superficial. Quanto ao trote; que funciona como se fosse um batismo ou uma espécie de ritual de pertencimento, também tendo sido referido por Castro (2004) em sua pesquisa, era igual para homens e mulheres; as mulheres foram adaptadas por homens, já que não existiam mulheres na escola enquanto alunas, para conduzir o processo de adaptação. Ainda segundo as oficiais, a presença de mulheres na escola aguçava curiosidade e estranhamento, onde se pode perceber certa resistência até mesmo dentro da própria turma em aceitá-las.

A inserção da mulher em muitas categorias antes somente sob a participação masculina implica em mudanças não apenas nas estruturas físicas, mas na organização do espaço, nas relações sociais; há a necessidade de se observar mudanças institucionais para uma organização capaz de acompanhar

---

<sup>9</sup> Fala de uma aluna iniciante do CIABA, no período de adaptação. Nomes não serão expostos por uma adequação ética em evitar possíveis constrangimentos às pessoas entrevistadas, nesse sentido fizemos uso de nomes de pedras preciosas a escolha das entrevistadas.

a integração da mulher nessas profissões com respeito e dignidade, segundo relatou uma dessas mulheres entrevistadas:

“Na época não houve uma preocupação, uma sensibilidade em se pensar sobre as particularidades da mulher. Hoje existe preocupação com sapato, uniforme, camarote, tudo buscando observar o respeito à necessidade feminina; até os alojamentos estão sendo projetados pensando nisso. A adaptação das mulheres é feita também por mulheres. Entraram doze e formaram oito. Acho que houve sim um avanço.” (OFICIAL CRISTAL, 2011)

Segundo as pioneiras, para o primeiro embarque, as embarcações foram planejadas para recebê-las, foram feitas reuniões com os comandantes para que preparassem a tripulação, impondo regras e limites para contatos; elas também receberam orientações para a presença nesse ambiente, estabelecendo tipo de postura. A heterogeneidade no navio contribuía para um ambiente com diferenciais de prestígio e aceitação, reforçando o estranhamento e a ideia de que aquele ambiente não era adequado para a presença feminina. O que nos remete a Elias e Scotson (2000), onde poderíamos considerar os homens presentes na tripulação, os estabelecidos do navio. Em entrevistas realizadas com outras pessoas podemos destacar essa situação: “Não podíamos falar com a guarnição, tínhamos horário para dormir, nos portos sempre eram designados oficiais para nos acompanhar. A população do navio era retraída por causa disso, então evitavam encontrar as mulheres.” (OFICIAL RUBI, 2011), fazendo referência ao desconforto que a presença de uma mulher ocasionava naquele ambiente. Em outro momento a entrevistada expressa seu momento de expectativa e entusiasmo e de decepção, quando coloca:

“No primeiro embarque tudo era novidade, senti a solidão, a distância da família. Muitas vezes escutei: a marinha mercante não é pra vocês, o que vocês querem aqui? Não é pra vocês, por questão de esforço físico, condições de trabalho, a distância de casa, desistam.” (OFICIAL RUBI, 2011)

Mas o mercado cresceu, abrindo espaço para novas orientações e trajetórias, permitindo que outras profissionais pudessem vivenciar aspectos peculiares de um espaço que já não era mais exclusivamente masculino. Um aspecto importante a ser ressaltado é o fato de que a necessidade crescente do mercado mercante, buscando novos profissionais capacitados para atuar nos navios, permitiu a criação de novos cursos de formação, o ASON e o ASOM<sup>10</sup>, cursos para a formação de oficiais, como a EFOMM, mas em outra perspectiva, onde o curso possui formação com uma carga horária e uma proposta diferenciada de regime de uso dos espaços da escola, onde os alunos não precisam estar em regime de internato, e admitindo a inserção de pessoas com graduação; ampliando também a possibilidade de participação feminina no processo seletivo e no campo profissional naval.

<sup>10</sup> ASON – forma oficiais da marinha mercante na área de náutica e ASOM – forma oficiais da marinha mercante na área de máquinas.

Aqui é válido mencionar que muitas mulheres sofrem dupla discriminação, segundo relato de uma oficial formada pelo ASON:

“Sou discriminada não somente por ser mulher, mas também por ter feito um curso mais curto e diferenciado, porém tenho plena capacidade de exercer minhas atividades profissionais, se não de forma mais habilidosa, com a mesma destreza de que qualquer colega, seja homem ou mulher, formado pela EFOMM”. (OFICIAL AMETISTA, 2011)

Nas observâncias da pesquisa de campo os Centros de Instrução é válido ressaltar o período de adaptação, período esse dedicado a apresentação da rotina da escola, do espaço físico e, segundo informações de uma adaptadora, eliminar as características civis dos alunos, fase onde existem alguns abandonos dos alunos ao curso.

## **7 MULHERES OFICIAIS MERCANTES EMBARCADAS**

Nos últimos anos tem-se percebido um aumento significativo da contratação de mulheres para o trabalho a bordo de navios mercantes, porém é relevante ressaltar que a presença delas no ramo naval envolve muitas dimensões no que tange uma participação em um ambiente outrora predominantemente masculino; onde é válido citar: política concernente aos seus direitos trabalhistas, envolvendo a licença maternidade e outros aspectos da vida e trabalho a bordo.

Segundo a fala de uma oficial mercante que é mãe de duas crianças de 3 e 1 ano, o trabalho longe da família causa desconforto emocional mas não impossibilita de que exerça o ofício com destreza, pois o importante é ter uma significativa estrutura de apoio em casa, aos cuidados de alguém de confiança. Segundo a oficial, o grande obstáculo a ser superado primeiramente é interno, é uma decisão muito particular da mulher em aceitar que é possível e ter segurança para encarar as adversidades dentro e fora do navio, a segunda questão é buscar apoio e melhores condições de trabalho onde possam lidar melhor com as peculiaridades da maternidade. Outra oficial relatou problemas com seu superior no sentido de compreensão em situações onde sua filha de 2 anos ficou doente, sofrendo inclusive discriminação e assédio moral, onde relata que sofreu coação para que abandonasse o trabalho; “isso não é pra você, isso não é vida para mulheres, principalmente para quem decidiu ser mãe, saia dessa vida”. Essa situação faz com que os reflexos recaiam sobre os estudos de Lombardi, quando apresenta a maternidade como um obstáculo para a profissão, em seus estudos sobre a Marinha do Brasil, ressaltando que “sair no horário para pegar os filhos na escola ou faltar porque uma criança ficou doente, parecem ser episódios considerados de forma negativa na carreira das oficiais e praças”. (LOMBARDI, 2009). Essa afirmativa declara a relação de percepção de que o lugar da mulher é o lar, cuidando da casa, do marido, dos filho; esse espaço então seria inapropriado para a circulação feminina. Em nossas observações de campo, percebi que ainda há

muito que ser revisto em termos de legislação para a mulher na marinha mercante, principalmente no que se refere a maternidade, mas também quanto ao tempo de embarque e condições de trabalho a bordo; mas é importante que se use a postura profissional não para provar capacidade, mas para se impor como profissional de respeito, legitimando sua presença no ambiente de trabalho. Em entrevista ela afirmou de modo significativo sua atuação profissional e pessoal: “Eu manobro a casa, a família e o navio, eu manobro a vida”.

Existem diferentes tipos de navio, de grande, médio e pequeno porte, com estruturas diferenciadas para cargas e acolhimento da tripulação; uns oferecem estrutura de maior conforto (como os camarotes) ou espaços de socialização (como piscina, salão de jogos, sala de vídeo), outros com academia ou melhor alimentação.

A duração das viagens varia de acordo com o tamanho do navio, com as distâncias a serem percorridas, com a carga e com o contrato com as empresas, a partir de então são estipulados os serviços, que variam: de dois por dois (dois meses trabalhando no navio, ou como dizem, “embarcada”, e os outros dois meses em casa, de repouso, ou “desembarcada”; em outras situações, um por um, vinte oito por vinte oito, optando em trabalhar no navio 28 dias e ficar os outros vinte e oito dias em casa).

Em relação ao trabalho executado pelo pessoal de bordo, fizemos as seguintes observações: O cotidiano a bordo não é ditado apenas pelas condições de estrutura física, mas muitas vezes pela possibilidade de comunicação com os colegas de trabalho e principalmente com a família. O ambiente de confinamento por vezes leva ao estresse e a ocasiões propícias a fofocas e outras implicações na vida profissional, pois se vive no mesmo espaço para o trabalho e o lazer, convivendo com as mesmas pessoas em um tempo muito particular: o tempo do navio, onde se tem frequentemente a mesma programação para quando se está de serviço e quando não se está de serviço.

Muitas vezes as datas comemorativas são vividas com a tripulação e cada vivência tem uma história diferente, em um momento diferente, mesmo que no mesmo espaço. Alguns espaços são insalubres pela temperatura ou pelo som, mas todos convivem no geral como uma família, com momentos de alegria e de tristeza, de desavenças e companheirismo, sob os cuidados de um mediador, ou uma mediadora: o comandante ou a comandante. No caso de acidente, existe posto de enfermagem com uma enfermeira sempre a bordo para prestar os primeiros socorros e imediatamente são acionados os médicos em terra, para caso necessário, seja feito o desembarque do acidentado.

O volume de trabalho é bastante grande e independente do horário, já que existem atividades desenvolvidas na madrugada, considerando que o navio não pára e que existem sérios que são tirados em todos os turnos; alguns serviços de manutenção são realizados pelo pessoal de bordo; importante

mencionar que o volume de trabalho e o estado de alerta a que ficam submetidos os tripulantes, por vezes causa cansaço físico visível e grande estado tensional.

Porém é importante ressaltar que mesmo com as adversidades do trabalho marítimo<sup>11</sup>, como confinamento, insalubridade, e situações de assédio, as mulheres estão conseguindo ascender ao topo da profissão, demonstrando que apesar dos riscos, possuem competência e liderança para o exercício dessa atividade. Segundo análise do IBGE (2008), está havendo uma quebra de tabus em segmentos que antes não empregavam mulheres. Outro fato que veio a favorecer essa abertura foi o aquecimento econômico na área, gerado pela descoberta de reservas de petróleo, que reacendeu o setor marítimo, provocando a necessidade de renovação das frotas, a construção de novas e mais modernas embarcações de apoio marítimo, além da crescente necessidade em investimento em mão de obra qualificada, para atender a demanda de exploração de petróleo, dando embasamento à abertura para a participação das mulheres no setor. Atualmente existem outras mulheres comandantes, em diferentes embarcações, existem também mulheres a frente da praça de máquinas do navio, espaço ainda mais discriminado pela insalubridade e possibilidade de uso de força física.

Segundo informações de uma mulher comandante, por conseguir chegar ao posto mais alto no comando de um navio, expressa sua trajetória com superação, motivação e satisfação; diz que quer se aposentar nessa profissão e acredita que o estranhamento inicial a partir da abertura para participação feminina já foi parcialmente ultrapassado, mas que há ainda muito a ser superado, em relação à discriminação, mas que é importante não se intimidar. Existem ainda os que acreditam que a atividade marítima não deva ser exercida por mulheres, argumentando que o ambiente laboral é impróprio, o trabalho físico é pesado e possuem questões fisiológicas que prejudicam a atividade como, por exemplo: gravidez, menstruação e variação hormonal, encontrando rejeições de algumas empresas.

Embora exista algum estímulo por parte de alguns sindicatos marítimos para o ingresso das mulheres, a maioria delas ainda enfrenta problemas de aceitação a bordo dos navios, por outro lado, a necessidade de atrair profissionais qualificados para a atividade marítima, acabou abrindo portas às mulheres. O que atrai mais as mulheres é o tempo de viagem, a remuneração e as condições trabalhistas.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A importância da marinha mercante para o Brasil está relacionada ao desenvolvimento econômico, político e social, não apenas como meio de transporte, mas também, pelos atores

---

<sup>11</sup> Marítimo, designação usada para a categoria de trabalhadores da Marinha.

envolvidos nessa dinâmica; onde a mulher conquistou presença nesse ramo profissional com destreza e dedicação.

A necessidade de mão de obra permitiu a inserção, mas o profissionalismo, a competência, a responsabilidade e a dedicação foram os fatores que indicaram a permanência. A integração regular nas tripulações dos navios já é uma sinalização que a mulher pode vislumbrar o resultado da trajetória visto como positivo e um horizonte de boas expectativas; já que elas mesmas vão quebrando os padrões de gênero que as mantêm segregadas, fato que nos permite compreender a posição de homens e mulheres enquanto iguais com suas particularidades devendo ser reconhecidas e respeitadas.

É importante considerar não apenas que as empresas marítimas revejam suas condições trabalhistas, organizando políticas que vislumbrem a presença da mulher nesse ramo profissional, observando a questão da maternidade, condições e tempo de embarque, reconhecimento e superação de preconceito. Ainda, observa-se que as escolas pouco enfatizem a igualdade de gênero na formação de seus e suas oficiais. Não obstante, outras demandas sociais estão ainda por serem incorporadas às práticas relativas à questão das relações sociais de gênero, como é o caso das relações sociais que envolvem cor/etnia, classe e demais marcadores sociais.

Propõe-se que esse estudo contribua na compreensão das práticas e valores relacionados à formação de oficiais, a partir dos próprios sujeitos envolvidos, cito os oficiais e as oficiais e, sobretudo, pelos reduzidos estudos existentes nessa temática. A pesquisa procurou compreender como se estruturam as relações sociais de sexo no ambiente mercante, dentro das escolas e no navio, e como essas relações evoluíram desde 1997 até hoje.

Na pesquisa houve a sensibilidade de investigação das razões pela escolha da profissão; bem como, diante da inserção das mulheres nesta profissão, considerada até o final do século XX, preocupou-se em buscar compreender, como está hoje o campo de trabalho para as mulheres nesse ambiente naval; que mudanças na formação profissional e no espaço trabalhista aconteceram a partir da abertura do mercado da marinha mercante para a mulher; quais são as maiores dificuldades encontradas no ambiente do navio e no convívio social para essas profissionais e quais suas expectativas para o futuro; e como as empresas podem contribuir para a melhoria da receptividade e do desenvolvimento das atividades do setor para o público feminino.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p.

## Brazilian Journal of Development

- BRASIL. Lei Nº 9.394, De 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 1996.
- CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- DAYRELL, Juarez (Org). *Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*. 2004, n.22, p. 201-246.
- LISÓN ARCAL, José Carmelo. "Notas de antropología visual", em AA.VV.: *Antropología Social sin Fronteras*. Madrid: Instituto de Sociología Aplicada, 1988.
- LOMBARDI, Maria Rosa; BRUSCHINI, Cristina; MERCADO, Cristiano. *As mulheres nas Forças Armadas brasileiras: a Marinha do Brasil 1980-2008*. São Paulo: FCC/DPE, 2009.
- LOPES, José Rogério. Antropologia, educação e condicionamentos culturais: pensando as mediações no processo de socialização escolar. *Educar*. Curitiba, n. 33, 2009. p. 171-188
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Los argonautas del pacífico occidental*. Barcelona: Península, (1973).
- MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. *"Trabalhadeiras" & "Camarados": Relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica*. Belém: Editora Universitária UFPA, Coleção Igarapé, 1993.
- OLIVEIRA, Francisco Diocélio Alencar de. *A formação do oficial de máquinas da Marinha Mercante do Brasil*. 1996. 197 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- PISCITELLI, Adriana. *Re-criando a (categoria) Mulher?* Campinas, novembro de 2001. Disponível em <http://www.pagu.unicamp.br/files/pdf/Adriana01.pdf> . Acesso em 27 de agosto de 2012.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Rev. Estud. Fem.* [online]. Disponível em: <https://www.ciaba.mar.mil.br/efomm.htm>. Acesso em 30 de setembro de 2013.

## **Brazilian Journal of Development**

SINDMAR. Condição de Marítima não exclui escolha de ser mãe. *Revista Unificar*. N. 25, ano VIII, p. 94-96, dez. 2007.

SINDMAR. Mulheres rompem paradigmas na Marinha Mercante. *Revista Unificar*, N. 21, ano VI, p. 30-33, ago. 2005.

SINDMAR. Desbravando Mares Revoltos. *Revista Unificar*. N. 18, ano V, p. 38-41, mai. 2004.